

Uma Análise à Legislação e ao XXI Governo Constitucional

As Federações e Associações Académicas e de Estudantes têm pautado a sua intervenção por um escrutínio alargado e detalhado dos documentos estruturais do funcionamento do sistema português de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, o presente documento debruça-se sobre a atuação do XXI Governo Constitucional no âmbito do nosso sistema e reflete sobre as consequências da mesma.

Introduzem-se inicialmente as principais medidas elencadas no programa do Governo e as orientações estratégicas para a sua implementação. Posteriormente, enumeram-se as alterações que se verificaram e as propostas mais fraturantes que foram discutidas em sede de Comissão de Educação e Ciência. Destacam-se, por fim, as conclusões retiradas pelo movimento associativo e as recomendações do mesmo para o futuro.

Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019

Sob o mote de “modernizar, qualificar e diversificar o ensino superior”, o XXI Governo Constitucional definiu enquanto prioridade a atualização sistemática do sistema português, articulada com políticas de estímulo ao emprego jovem, de atração de recursos humanos qualificados e de dinamização de comunidades de inovação. Neste sentido, e requerendo a participação ativa de todos os agentes políticos e governamentais do sistema, destacou inúmeros princípios fundamentais para o quadro legislativo. Em primeiro lugar, evidencia a persistência das políticas públicas com vista à qualificação superior de ativos, incluindo os recursos para o desenvolvimento do Ensino Superior num contexto de exigente consolidação orçamental. No âmbito da ação social, elenca-se o reforço de fundos estruturais para a sustentação dos seus instrumentos. Defende-se, de igual forma, a ação metódica de avaliação e acreditação independente de instituições e ciclos de estudo, a par da aposta na internacionalização do sistema. Por outro lado, o Governo salienta o estímulo contínuo com vista à abertura à sociedade civil e aos mercados de trabalho, consagrando práticas sistemáticas de relacionamento interinstitucional, através, a título de exemplo, do aumento da participação e da responsabilidade de membros externos às instituições nos seus órgãos de governo. Adicionalmente, o Programa consagra o fomento à

adoção de sistemas de gestão flexível pelas instituições, privilegiando o desenvolvimento científico do País e a sua crescente abertura e relevância internacional, assim como a garantia da autonomia das instituições científicas e de ensino superior. Por outro lado, requer a modernização contínua e sistemática da aprendizagem dos estudantes, bem como a disponibilidade das universidades e institutos politécnicos para proceder à reestruturação das respetivas redes e da oferta formativa à escala nacional e regional.

Eixos Estratégicos

O primeiro eixo definido incide sobre o alargamento e a democratização do acesso ao ensino superior, assente no aumento da base de recrutamento dos candidatos e no reforço da Ação Social Escolar direta, através do acréscimo do valor das bolsas de estudo e do número de estudantes elegíveis. Neste âmbito, o Governo contempla ainda a criação de um programa de apoio à mobilidade no ensino superior e a estudantes deslocados e de aposta na qualificação dos portugueses, estimulando a aprendizagem ao longo da vida.

No que diz respeito à reativação do pacto de confiança com o ensino superior, a tutela compromete-se em estimular um quadro de financiamento estável a longo prazo, com base em objetivos claros e de cariz plurianual. Simultaneamente, refere a necessidade de assegurar uma avaliação adequada do regime jurídico das instituições de ensino superior, solidificando a autonomia das instituições, fomentando a adoção do regime fundacional e garantindo a sua diversificação institucional. Em consonância, introduz um estímulo a uma melhor integração entre ensino e investigação e o estabelecimento de consórcios a fim de otimizar a integração entre as instituições de ensino superior e as políticas de desenvolvimento regional. Similarmente, o Governo enuncia a relevância da corresponsabilização institucional na empregabilidade sustentável e duradoura dos mais jovens, apoiando os estágios curriculares.

Com vista à criação de condições para a renovação de docentes e especialistas nas instituições de Ensino Superior, as propostas incidem sobre um novo programa de apoio à atração e renovação contínua dos mesmos, estimulando mecanismos de recrutamento mais competitivos, de promoção e qualificação interna e de responsabilização pela partilha de custos. Destaca-se como objetivo primordial a crescente capacidade de transferência de conhecimento e de rejuvenescimento das IES.

No âmbito da melhoria dos níveis de sucesso académico, verifica-se o aprofundamento e a especialização da formação pedagógica dos docentes, a par do estabelecimento de programas com elevada flexibilidade curricular, de acordo com as melhores práticas internacionais. Nesta ótica de internacionalização, impera ainda a dinamização de parcerias para acesso aos programas de financiamento de mobilidade e a criação de redes temáticas entre instituições. O Governo destaca a urgência de afirmar Portugal como destino de formação superior graduada e pós-graduada, promovendo iniciativas para a criação de circulação entre estudantes do ensino superior de língua portuguesa.

Finalmente, a nível do investimento na educação de adultos e na formação ao longo da vida, o Governo compromete-se a criar um Programa de Educação e Formação de Adultos que consolide um sistema de aprendizagem ao longo da vida e a sua ação estratégica para a próxima década, assente na complementaridade entre reconhecimento e obrigatoriedade de certificação de competências e numa rede nacional de centros especializadas em educação-formação de adultos no atendimento, aconselhamento, orientação e percursos de aprendizagem.

Ciência e Tecnologia

No âmbito do investimento em ciência e tecnologia e da democratização da inovação, o Governo privilegia os instrumentos de internacionalização do sistema científico e a participação portuguesa em programas europeus e noutras redes de parcerias internacionais.

A nível da contratação de doutorados, sugere a sua integração na administração pública, por via de um contingente de renovação de investigadores em laboratórios e noutros organismos públicos e do fomento à sua mobilidade. Por sua vez, o fortalecimento do sistema científico e tecnológico nacional, de forma a contrariar a precariedade dos seus investigadores, conduz ao relançamento de um novo programa de apoio a cátedras de investigação para docentes dos quadros das universidades públicas, com financiamento público até à reforma ou jubilação daqueles que as ocupem, para facilitar a abertura de vagas para novos professores auxiliares de carreira. Nesta esfera, insere-se o programa do emprego científico, amplamente divulgado durante a legislatura. Similarmente, o desenvolvimento das instituições científicas pressupõe a proliferação de um novo programa de avaliação científica das unidades de I&D, assente num processo inicial de auditoria aos momentos de avaliação e de consulta à

comunidade científica e de redefinição de metodologias. Adicionalmente, privilegia-se a estabilidade do financiamento de projetos e atividades de I&D pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, garantindo a periodicidade e previsibilidade das avaliações e a diversidade da tipologia de concursos.

A nível da promoção da cultura científica e tecnológica, o Governo procura reforçar a agência nacional para a cultura científica e tecnológica - Ciência Viva, o ensino das ciências e o alargamento dos centros tecnológicos, estimulando o crescimento e a criação de instituições e redes que atuem na consolidação e valorização do conhecimento, que criem emprego qualificado e aumentem a competitividade externa das empresas.

Diplomas Aprovados

Tipo	Título	Origem
Decreto-Lei n.º 65/2018	Altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior	
Decreto-Lei n.º 66/2018	Aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras	
Decreto-Lei n.º 45/2016	Aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio	
Decreto-Lei n.º 63/2016	Cria o diploma de técnico superior profissional e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho	

Decreto-Lei n.º 63/2019	Estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento	
Decreto-Lei n.º 57/2016	Aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento	
Decreto-Lei n.º 62/2018	Altera o Estatuto do Estudante Internacional	
Portaria n.º 249-A/2019	Segunda alteração à Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho, que aprova o Regulamento dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior	
Portaria n.º 33/2019	Regula aspetos da tramitação procedimental do reconhecimento de graus académicos e diplomas atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras	
Portaria n.º 232/2016	Portaria que procede à regulação da criação e do regime de organização e funcionamento dos Centros Qualifica	
Portaria n.º 175/2019	Regulamenta as disposições do Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio, relativas ao registo de candidatura ao Programa de Arrendamento Acessível	
Portaria n.º 261/2017	Altera as condições de atribuição do « passe sub23@superior.tp » fixadas	

	na Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro, alterada pela Portaria n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro, e pela Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto	
Lein.º42/2019 (Decreton.º304/XIII)	Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento dos atos académicos, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior	Projeto de Lei n.º 1117/XIII/4.º PCP
Lein.º36/2018 (Decreto n.º 219/XIII)	Requalificação e construção de residências de estudantes do ensino superior público	Projeto de Lei n.º 813/XIII/3.º PCP
Lein.º71/2017 (Decreton.º129/XIII)	Define os preços máximos de refeição e de alojamento para estudantes do ensino superior em função do indexante de apoios sociais	Projeto de Lei n.º 440/XIII/2.º PSD Projeto de Lei n.º 469/XIII/2.º CDS Projeto de Lei n.º 473/XIII PS
Lein.º68/2017 (Decreto n.º126/XIII)	Estabelece o pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto (Bases do financiamento do ensino superior)	Projeto de Lei 166/XIII PS
Lein.º65/2017 (Decreton.º122/XIII)	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 45/2016,	Apreciação Parlamentar 24/XIII PCP

	de 17 de agosto, que aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio	Apreciação Parlamentar 22/XIII BE
Decreton.º349/XIII	Primeira alteração à Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior	Projeto de Lei n.º 1173/XIII PSD
Decretonº 347/XIII	Estabelece mecanismos de regularização de dívidas por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior	Projeto de Lei n.º 1121/XIII/4.º PAN
Decreto n.º 334/XIII	Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia	
Resolução da AR 108/2019	Recomenda ao Governo a clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público	Projeto de Resolução n.º 2003/XIII/4º PSD
Resolução da AR 47/2019	Recomenda ao Governo a determinação de uma data limite para a transferência do primeiro montante referente a bolsas de estudo para estudantes do ensino superior	Projeto de Resolução n.º 1968/XIII/4.º BE
Resolução da AR 45/2019	Recomenda ao Governo a criação de uma tabela	Projeto de Resolução n.º 1970/XIII/4.º BE

	nacional de taxas e emolumentos nas instituições de ensino superior público	
--	---	--

No âmbito da atuação do Governo ao longo desta Legislatura a nível da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, o Movimento Associativo Nacional vem por este meio:

- 1) Lamentar a inexistência de esforços para proceder à revisão urgente dos diplomas mais estruturantes do sistema, designadamente da Lei de Bases do Sistema Educativo, da Lei de Bases de Financiamento e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.
- 2) Criticar a excessiva dependência dos fundos comunitários que patenteia a desvalorização do sistema por parte da tutela e a inexistência de um reforço da dotação pública e extra fundos comunitários no âmbito da Ação Social Escolar.
- 3) Condenar a inexistência de um aumento do investimento, por via do Orçamento do Estado, nas residências de Ação Social, tanto na melhoria das existentes como na construção de novas, não veiculando aquela que deve ser a principal aposta de futuro para a habitação de estudantes deslocados.
- 4) Lamentar a posição do Governo e dos grupos parlamentares, reconhecendo a urgência da problemática do alojamento académico, face à escassa apresentação de propostas complementares ao PNAES, claramente insuficiente para dar resposta às necessidades dos estudantes.
- 5) Criticar a implementação de políticas sob o pretexto de promoverem a coesão territorial, nomeadamente a redução de vagas nas IES de Lisboa e do Porto e a desvirtuação do Programa + Superior, ao invés de medidas de estímulo à adesão por parte dos jovens portugueses às IES de localidades depopuladas e a concessão posterior de incentivos à fixação dos recém-diplomados nessas regiões.
- 6) Censurar a inexistência de um programa de estímulo de âmbito nacional à formação pedagógica dos docentes, a desenvolver em todo o sistema de Ensino Superior, com o objetivo de criar, a médio-longo prazo, a certificação pedagógica obrigatória para efeitos de admissão e progressão de carreira.

- 7) Condenar a vaga demonstração política de permitir aos politécnicos conferir efetivamente o grau de doutor, materializada pela alteração legislativa ao Regime Jurídico de Graus e Diplomas aprovada em Conselho de Ministros, sem que se tenha verificado a necessária consumação da modificação da Lei Geral.
- 8) No que diz respeito à restrição dos Mestrados Integrados a determinadas áreas, alertar para a necessidade de salvaguardar um acompanhamento dirigido à implementação das reformas curriculares inerentes, a ser postas em prática a partir de 2021, salvaguardando as garantias de transição entre ambos os planos curriculares e o acesso ao mestrado a todos os estudantes que concluíam licenciatura, nos casos em que a obtenção do grau de 2.º ciclo é necessária ao início da atividade profissional.
- 9) Defender um investimento progressivamente mais elevado nas IES, por via de contratos plurianuais que viabilizem um investimento estratégico das instituições considerando a sua gestão, a capacidade de atração de estudantes, a qualidade do ensino ministrado, a interação com a sociedade ou a produção científica.
- 10) Lamentar a falta de promoção e de incentivos ao estabelecimento de consórcios entre as Instituições públicas e a criação de centros regionais dos Serviços de Ação Social, com vista a uma maior rentabilização da dotação orçamental afeta aos mesmos, assente numa corresponsabilização de garantia de qualidade, harmonização dos serviços e partilha de custos.
- 11) Exortar os partidos políticos e o futuro Governo para a criação de um grupo de trabalho que inclua estudantes e se debruce sobre uma revisão estruturada do RABEEES e do modelo de ação social escolar português, considerando as alterações decorrentes de 2017 feitas ao diploma e, bem como metodologias que permitam reduzir o tempo de análise processual dos pedidos de apoio, tornando-o mais célere e eficiente.
- 12) Reconhecer a relevância da redução no teto máximo da propina do primeiro ciclo de estudos e consequente atualização do limiar de elegibilidade das bolsas de estudo ao abrigo do RABEEES para o ano letivo de 2019/2020, alertando para a necessidade de diminuir os custos de frequência do Ensino Superior e o esforço financeiro das famílias portuguesas, através da redução progressiva do valor da propina do primeiro ciclo de estudos e da implementação de tetos máximos nas propinas dos segundos e terceiros ciclos, considerando os

devidos estudos acerca dos reais custos destas formações e o impacto que advém destas medidas.

- 13) Criticar a desresponsabilização do Estado face à inexistência de mecanismos de acompanhamento do estudante a nível nacional, recorrendo à monitorização do absentismo nas aulas, em provas de avaliação, no percurso escolar e outros possíveis indícios, a fim de combater o abandono escolar.
- 14) Defender a regulamentação de Gabinetes de Apoio ao Estudante com NEE, dado que se denota a inexistência de legislação que caracterize a obrigatoriedade dos serviços prestados, motivo que fundamenta a proposta da criação de unidades de apoio multidisciplinares aos estudantes com Necessidades Educativas Especiais nas várias entidades de Ensino Superior.
- 15) No âmbito do Programa + Superior, proceder à avaliação da implementação do programa desde a sua génese, considerando a execução do pagamento das bolsas, o número de candidatos e de vagas alocadas ao mesmo, a par do alargamento do programa aos estudantes de segundo e terceiro ciclo.
- 16) Alertar para a necessidade de verdadeiramente refletir sobre a missão dos subsistemas de Ensino Superior universitário e politécnico, apreciando os cursos que cada Instituição deve poder ministrar, de forma a devolver a dualidade ao sistema, evitando a desvirtuação da natureza de cada subsistema, a duplicação da oferta formativa e divisão de recursos.
- 17) Reivindicar a definição de uma estratégia regional com base na diferenciação, designadamente através da exploração de áreas científicas adaptadas à realidade local e que permitam valorizar os recursos da região, o que auferirá às mesmas uma maior capacidade relacional com o tecido empresarial local e, por inerência, uma maior capacidade de atração dos jovens da região para a formação superior.
- 18) Condenar a falta de envolvimento dos estudantes no seu processo formativo, designadamente num sistema de interação e partilha de conhecimento, de estímulo à criatividade dos estudantes, contrariando as lógicas de transmissão de conhecimento centradas no verbalismo, dogmatismo e a tipologia de classe magistral do Ensino Superior, substituindo o modelo de exposição passiva de conhecimentos.

- 19) Defender a efetiva definição e implementação de uma Estratégia Nacional para o sistema de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que reconheça o Ensino Superior Público como prioridade do Estado e do seu financiamento.

Viseu, 7 e 8 de setembro de 2019

Proponente: Federação Académica de Lisboa

Destinatários: Partidos Políticos

Anexo – Iniciativas da Assembleia da República

Projeto de Lei n.º 1213/XIII/4.ª PEV	Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do Ensino Superior Público que, na sequência do descongelamento a que se refere o artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a ele tenham direito.
Projeto de Lei n.º 1179/XIII/4.ª PCP	Efetiva o direito à progressão remuneratória dos professores do Ensino Superior Público
Projeto de Lei n.º 1171/XIII/4.ª PAN	Clarifica o regime de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior
Projeto De Lei N.º 1143/XIII/4.ª BE	Valorizações Remuneratórias Dos Docentes Do Ensino Superior
Projeto de Resolução n.º 2247/XIII/4.ª PCP	Recomenda a integração dos leitores das instituições do ensino superior público
Projeto de Resolução n.º 2116/XIII/4.ª PCP	Recomenda ao Governo que se uniformize o sistema de avaliação docente no ensino superior salvaguardando o princípio do tratamento mais favorável
Projeto de Resolução n.º 1449/XIII/3.ª PCP	Propõe medidas para o combate à precariedade laboral nas instituições de ensino superior
Projeto de Resolução 415/XIII PCP	Recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas urgentes para a contratação e vinculação de pessoal docente nas Instituições do Ensino Superior Público Plano de Contratação e Integração na Carreira de Docentes no Ensino Superior Público
Projeto De Resolução n.º 150/XIII PS	Recomenda ao Governo a adoção de medidas que assegurem a equidade na aplicação dos regimes transitórios
Projeto de Resolução n.º 146/XIII/1.ª PCP	

	dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior público
Projeto De Lei N.º 1177/XIII/4.º BE Projeto De Lei N.º 757/Xiii/3.º BE	Altera o Regime Jurídico Das Instituições Do Ensino Superior Reforçando O Funcionamento Democrático Das Universidades E Extinguindo O Regime Fundacional Primeira Alteração à Lei N.º 38/2007, De 16 De Agosto, Que Aprova O Regime Jurídico Da Avaliação Da Qualidade Do Ensino Superior
Projeto de Lei nº 811/XIII/3-º PCP Projeto De Resolução N.º 1692/XIII/3.º PSD	Financiamento do Ensino Superior Público Linha de financiamento para Instituições de Ensino Superior trabalharem em cooperação com o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em risco
Projeto de Lei n.º 1172/XIII/4º PSD	Regime de estímulo ao ensino superior em baixa densidade
Projeto de Resolução n.º 107/XIII/1.º PCP Projeto de Resolução n.o 112/XIII PS - Projeto de Resolução n.º 47/XIII/1.º BE	Pela valorização da avaliação contínua no processo pedagógico e no regime de acesso ao ensino superior, pela não discriminação dos alunos do ensino artístico especializado Recomenda ao Governo que avalie o modelo de acesso ao ensino superior pelos alunos do ensino artístico especializado, de forma a garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos Alunos Do Ensino Artístico Prejudicados No Acesso Ao Ensino Superior Sem Justificação Pedagógica Ou Curricular
Projeto de Resolução n.º 602/XIII/2º PSD Projeto de Resolução n.º 696/XIII/2.º PCP Projeto de Resolução nº 699/XIII PS Projeto De Resolução Nº 698/XIII-2.º CDS Projeto de Resolução n.º 707/XIII/1º PAN Projeto De Resolução Nº 709/XIII/2.º BE Projeto De Resolução N.º 1075/XIII/3.º BE	Recomenda ao Governo o combate ao abandono escolar no ensino superior Recomenda ao Governo a adoção de medidas para combater o abandono escolar no Ensino Superior Recomenda ao Governo um estudo sobre insucesso e abandono no ensino superior, para melhor definição de políticas de combate a esses fenómenos Recomenda Ao Governo Que Promova Medidas De Combate Ao Abandono Escolar No Ensino Superior Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos estudantes do ensino superior, como forma de combate ao abandono escolar Medidas Para O Aprofundamento De Mecanismos De Ação Social E De Combate Ao Abandono Escolar No Ensino Superior

	Alteração Do Âmbito Dos Gabinetes De Informação E Apoio Ao Aluno E Alargamento Da Sua Obrigatoriedade Ao Ensino Superior
Projeto de Lei n.º 1119/XIII/4.ª PCP	Eliminação faseada das propinas no Ensino Superior Público
Projeto De Lei N.º 1106/XIII/4.ª BE	Estabelece O Fim Das Propinas Nas Licenciaturas E Nos Mestrados Integrados Do Ensino Superior Público
Projeto de Lei n.º 1116/XIII/4.ª PCP	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público
Projeto De Lei N.º 1108/XIII/4.ª BE	Cria Um Teto Máximo Para O Valor Das Propinas De 2º E 3º Ciclos De Estudos No Ensino Superior Público
Projeto De Lei N.º 878/XIII/3ª PEV	Altera A Lei N.º 37/2003, De 22 De Agosto, Fixando Uma Diminuição Progressiva Do Valor Das Propinas Pagas Pelos Estudantes Do Ensino Superior
Projeto De Resolução N.º 1012/XIII/2ª PEV	Pela Progressiva Gratuitidade Do Ensino Superior Público
Projeto de Lei n.º 1118/XIII/4.ª PCP	Eliminação das taxas e emolumentos nas Instituições do Ensino Superior Públicas
Projeto de Lei n.º 1115/XIII/4.ª PCP	Aumento do valor das bolsas de estudo no ensino superior público
Projeto de Lei n.º 810/XIII/3.ª PCP	Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes
Projeto De Resolução N.º 1969/XIII/4.ª BE	Plano De Emergência Para O Alojamento Estudantil
Projeto de Resolução n.º 1980/XIII/4.ª CDS	Recomenda Ao Governo A Contratualização Com Os Setores Privado E Social De Alojamento Para Estudantes Do Ensino Superior Deslocados
Projeto De Resolução N.º 2055/XIII-4.ª CDS	Recomenda Ao Governo Que Clarifique Procedimentos Para Captar Candidatos Lusodescendentes E Emigrantes Para As Instituições De Ensino Superior Portuguesas
Projeto de Resolução n.º 2051/XIII/4ª PSD	Ensino Superior para filhos de emigrantes portugueses
Projeto de Resolução N.º 2012//XIII/ PSD	Recomenda ao Governo a promoção do contingente de acesso ao ensino superior aos jovens portugueses no estrangeiro